



Público

19-01-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 735 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 63

Hacker evita cadeia com prova de que vive há ano e meio na Hungria

Investigação
Mariana Oliveira

Juíza húngara coloca Rui Pinto, que assumiu ligação ao Football Leaks, em prisão domiciliária. PJ insatisfeita com a medida

O hacker português Rui Pinto, que, após ter sido detido na quarta-feira passada, na Hungria, assumiu a sua ligação ao escândalo *Football Leaks*, conseguiu, para já, evitar a cadeia, com a prova de que vivia há ano e meio no mesmo apartamento, em Budapeste, na capital húngara.

Rui Pinto está desde ontem em prisão domiciliária com vigilância eletrónica, enquanto as autoridades húngaras decidem se o entregam ao Ministério Público português, que emitiu o mandado europeu que esteve na origem da sua detenção. A Polícia Judiciária (PJ) tentava há muitos meses localizar o pirata informático suspeito de tentativa de extorsão e acesso ilegítimo, entre outros crimes.

O seu advogado húngaro, David Deak, explicou ao PÚBLICO que apresentou documentos em tribunal, nomeadamente um contrato de arrendamento, que convenceram a juíza que analisou quais as restrições que deviam ser impostas ao jovem de 30 anos, enquanto as autoridades húngaras decidem a extradição. "Ele explicou que vivia na mesma casa há um ano e meio e não andava a fugir de ninguém. Insistiu ainda que nunca tinha sido punido criminalmente e que não é um criminoso", completou David Deak.

O Ministério Público húngaro tinha pedido que o hacker ficasse na cadeia à espera da decisão sobre a sua extradição, o que, segundo David Deak, é aceite na maioria dos casos. "Por isso, recorreram para a segunda instância, pedindo a prisão do meu cliente e eu recorri pedindo que lhe fosse imposta a restrição mínima: ficar em liberdade, mas impedido de sair da cidade de Budapeste", adiantou ainda o advogado. A decisão do tribunal superior deve ser conhecida nas próximas duas semanas.

Sobre os motivos que levaram o hacker a opor-se à sua entrega às autoridades portuguesas, David Deak comentou apenas



Suspeito não acredita num processo judicial justo em Portugal

que a defesa acredita que não terá um processo justo em Portugal, sem justificar essa convicção.

Quem não ficou nada contente com a prisão domiciliária de Rui Pinto foi a PJ, que investiga há mais de três anos o hacker e teme que a liberdade de contactos e de movimentos – ainda que confinada à sua casa – lhe permita, pessoalmente ou através de terceiros, apagar o rasto dos crimes de que é suspeito.

Várias autoridades atentas

No mandado de detenção europeu emitido esta semana, o Ministério Público português alega que há o perigo de Rui Pinto fugir, de perturbar a investigação e de continuar a actividade criminosa. Por isso, assume-se a intenção de apresentar o pirata informático a um juiz de instrução que determine uma medida de coacção mais gravosa que o simples termo de identidade e residência, quando este chegar a Portugal.

A detenção do hacker, comunicada aos vários países da União Europeia através da Europol, está a suscitar o interesse de autoridades estrangeiras que pretendem ter acesso ao vasto material informático apreendido – discos externos, *pen drives*, cartões de memória e um computador – e interrogar o jovem.

Ontem, um dos advogados de Rui Pinto, William Bourdon, afirmou que o hacker estava a colaborar com o Ministério Público francês que, desde Dezembro de 2016, investiga crimes de fraude fiscal qualificada, na sequência das revelações feitas por um consórcio de jornalistas com

base em documentos colocados no site do *Football Leaks*. "Existe uma cooperação activa entre Rui Pinto e o Parquet National Financier [departamento especializado em crimes financeiros]", revelou Bourdon em declarações à France Press, citadas pelo *Expresso*.

O semanário diz que Rui Pinto também aceitou um pedido de colaboração que lhe tinha sido enviado por um procurador suíço, que está a liderar uma investigação sobre a relação entre um colega magistrado e o presidente da FIFA, Gianni Infantino. Isto na sequência de notícias publicadas em Novembro passado pelo consórcio de jornalistas com base em documentos divulgados pelo *Football Leaks*.

Neste momento, o Ministério Público imputa a Rui Pinto seis crimes: dois crimes de acesso ilegítimo, dois de violação de segredo, um de ofensa a pessoa colectiva e ainda uma tentativa de extorsão.

O único clube de futebol visado por estes ilícitos é o Sporting, que terá sido vítima de um crime de acesso ilegítimo. Rui Pinto terá acedido, a 30 de Setembro de 2015, ao *email* de vários membros da administração e do departamento jurídico dos "leões". Antes, já fizera o mesmo com o sistema informático do fundo de investimento Doyen Investment Sports, que financia passes de jogadores e treinadores e também terá sido alvo de tentativa de extorsão. Esses documentos acabaram por ser publicados no site do *Football Leaks*.

meoliveira@publico.pt